

JUSTIÇA & CIDADANIA



4 ANOS PRESTIGIANDO A JUSTIÇA E A CIDADANIA

Justiça & Cidadania, Rio de Janeiro, v. 5, n. 36, jul. 2003.

editorial: Quebra das instituições

IDÉIAS PARA ONTEM

Ministro Edson Vidigal

No nosso caso, enquanto Juízes, temos é que viver sendo isso mesmo – criaturas teimosas querendo estar sempre ao lado de Deus, instrumentos da sua vontade buscando a verdade, operários do bem, aprendizes incansáveis do interminável exercício de viver, artesãos da tolerância e da compreensão, serviços da paz, operadores do direito, realizadores da Justiça.

Ao lado do diabo não são poucos os que se alistam. E que, em todos os espaços da sociedade, lá estão eles, ocupados em fazer o mal. Arrogantes, humilham os humildes. Falsos e interesseiros, bajulam os poderosos de cada momento.

Não pagam o salário justo ao trabalhador. Perseguem os que tem opiniões divergentes e agredem-nos na integridade física e muito também na honra. Sonégam impostos, ignoram obrigações fiscais. Furtam o dinheiro público. Desafiam as leis e os Juízes.

Agem assim, a serviço do mal, porque confiam na impunidade. Ora, se não temem às leis de Deus, por que irão aceitar as leis dos homens?

As leis e os homens estão aí sendo a cada instante mais desafiados. Em sua cartilha de deveres, o Estado já não soletra a palavra da sua autoridade, perde na admiração de uns tantos, decai no respeito de quase todos.

Devemos insistir na necessidade

de reforma global do Estado. Com instituições pesadas, ultrapassadas, formalistas demais, o Estado nunca será, plenamente, de Direito Democrático.

Estado de Direito Democrático pressupõe um Estado efetivamente organizado, com instituições sadias, mecanismos ajustados, um Estado forte o suficiente para defender a sociedade contra os criminosos de todos os matizes.

Todos nós temos queixas e reclamamos da lentidão do Poder Judiciário, das suas possibilidades procrastinatórias, da ineficácia que acaba se impondo sobre a maior parte de suas decisões.

Todos nós queremos um Judiciário ágil, com respostas prontas, imediatas, um Judiciário realizador da Justiça a todos que reclamam em defesa dos seus direitos.

Mas por que a Reforma do Judiciário se arrasta no Congresso Nacional há mais de dez anos? Por que o projeto de Lei Orgânica da Magistratura, encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal, está esquecido na Câmara dos Deputados há mais de dez anos? Eu também não sei exatamente porque.

Mas só essas demoras já nos servem para pensarmos em outras alternativas em termos de Reforma do Judiciário. Por exemplo, reduzirmos a não mais que dez emendas as alterações no plano constitucional, remetendo-se os demais para a legislação complementar.

Para as questões inerentes apenas à Magistratura, uma nova Lei Orgânica da Magistratura contendo em anexo um Código de Ética dos Juízes.

Uma outra lei complementar cuidaria unicamente das questões referentes à administração e à realização da Justiça, sim porque não podemos confundir interesses corporativos da Magistratura com interesses do Poder Judiciário, instituição estatal destinada a dizer o direito mas sem perder de vista que o seu serviço é realizar a Justiça e, assim, fortalecer a cidadania.

As demais questões teriam sede própria na legislação ordinária. E aí é imperativo que se reduza o número de recursos para que o processo deixe de ser moroso e as decisões judiciais possam ser, num tempo mínimo, conclusivamente terminativas. A execução da decisão não pode se prestar a que se comece tudo de novo.

A Ação Rescisória não pode empurrar a causa por décadas e décadas como tem ocorrido. Há um caso no STJ em que uma viúva discute, há vinte anos, com um grande banco o reajuste do aluguel de um prédio. A viúva ganhou todas mas até hoje ainda não levou nada.

Precisamos urgentemente de uma Lei Especial Processual Penal com prazos menores e tudo de modo a que os criminosos do tráfico de drogas, do contrabando de armas, da lavagem de dinheiro e os da pirataria das marcas, patentes e direitos autorais não possam ser processados e julgados sob



a lentidão e privilégios dos mesmos ritos com que são processados e julgados os delinquentes comuns.

Nosso Direito Processual Penal se monta em regras originárias que datam do começo do último século, quando o Brasil ainda era um sossego rural e uma promessa de conforto urbano, de segurança e paz nas cidades.

A segurança pública hoje é uma calamidade pública como as enchentes dos rios que arrastam ao flagelo do desabrigo e das doenças as populações ribeirinhas; como os deslizamentos dos morros que soterram casas e seus moradores; como um vulcão que desperta calmo mas raivoso ou como um terremoto que chega quebrando tudo sem avisar nada.

Só que isso tudo é sazonal, não é sempre. Vulcão e terremoto nem os temos. Temos sim a insegurança permanente, esse estado de calamidade pública permanente.

O que se passa hoje no Rio de Janeiro é só um aviso a todo o País. Se o crime organizado dominar o Rio de Janeiro, que ainda é um grande tambor do Brasil, logo se espalhará mais firme pelo que ainda restará de País.

Tenho aqui uns números impressionantes.

Num País de tanto desemprego, o tráfico de drogas ocupa hoje, segundo o IBGE, o lugar de maior empregador de jovens, entre 11 (onze) e 18 (dezoito) anos de idade, no Rio de Janeiro. Nessa mesma faixa, apenas 1,1% (pouco mais de três mil jovens) tem emprego legal, regular.

Em S.Paulo, 15% dos jovens infratores são presos por problemas com o tráfico de drogas. No Rio de Janeiro, esse número sobe para 70%.

O tráfico de drogas atua de forma organizada como grande empresa, treinando jovens e pagando-lhes salários que a iniciativa privada e nem o Estado conseguem pagar.

Por exemplo, os seguranças dos

pontos de venda, conhecidos como "soldados", recebem, em média, R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês. Eles são mais de três mil jovens, entre 15 e 16 anos, nesse serviço.

Os "fogueteiros", aqueles que tocam foguetes para informar a chegada da droga ou da Polícia, ganham, em média, R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês. Eles são mais de dois mil, na mesma faixa etária.

Os "aviões", os que levam a droga para o usuário fora da favela, os que fazem o "delivery", também na mesma faixa etária, somando menos de duzentos, ganham, em média, R\$ 600,00 (seiscentos reais) por semana.

Os "vapores", que fazem a ponte entre os usuários e os traficantes, que somam quase um mil e quinhentos jovens, ganham, em média, R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês.

Os "gerentes", jovens responsáveis pelos pontos de venda, que são menos de quinhentos, ganham, em mé-

dia, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) por mês.

De um lado o tráfico de drogas com seus lucros incalculáveis e prejuízos incontáveis à sociedade. De outro, os juros bancários promovendo a quebraadeira na produção e no comércio.

De há muito que estamos assistindo uma violenta transferência de rendas para o setor financeiro. Em países emergentes, como o México e a Rússia, a taxa de juros real tem sido, nos últimos três anos, de 2% a 3%. No Brasil, essa taxa é de 10%.

Dados do PIB/Produto Interno Bruto de 2002 denunciam que os bancos ficaram com 8,61% de todas as riquezas nacionais, ou seja 30% a mais do que os 6,58% de 2001. E neste ano, os resultados do primeiro trimestre apontam lucros de quase 20% a mais, em relação ao mesmo período do ano passado.

E o Estado brasileiro? Atolado em compromissos com o FMI, devendo até aquelas taxas de participação em organismos multilaterais, como a ONU. De tudo que arrecada, e onde mais se cobra imposto hoje na América Latina é no Brasil, (35,86). do PIB, em 2002; de tudo que arrecada, algo em torno de 10% (dez por cento) é o que sobra para o Executivo ir tocando o Estado em todas as suas demandas.

Então apontar o Judiciário como a fonte de todos os males é tão fácil quanto a má-fé dos que fingem ignorar que as raízes da crise brasileira são outras.

Tem a ver, antes de tudo, com a estrutura de Estado, antiquada, formal demais, muito cara, pesada. Tem a ver com o formato de Federação, com um novo pacto federativo, que precisa ser feito.

Tem a ver com as terríveis desigualdades na economia, onde uns poucos, fora do setor produtivo, levam quase tudo e os muitos que produzem ficam com os sacrifícios, a vergonha dos juros altos, o constrangimento da inadimplência.

Tem a ver com a necessidade de um Estado brasileiro forte, capaz de fazer valer a lei, impondo-a para todos, pu-

nindo de pronto e firme a transgressão mas realizando ao mesmo tempo a Justiça Social.

Não é justo que se atire nos nossos Juizes, que se aponte como referências de falcatrias só os nossos Tribunais, quando a nossa Magistratura e o nosso Judiciário trabalham no extremo limite de suas forças humanas e de possibilidades materiais, são poucas verbas e, ainda assim, contingenciadas, seus instrumentos de trabalho – os códigos, defasados.

É pura má-fé, é impatriótico, desviar o foco real da questão da violência, da insegurança, da impunidade, que é de fundo, é estrutural, é mais abrangente.

Num País de 170 milhões de pessoas, temos um Juiz para aproximadamente 20 mil habitantes, aí incluindo todos, de todos os níveis, se apurar melhor não que ser aí incluídos também os de futebol. Mas não é justo se confundir o magistrado, digno de todo o respeito, com a sua senhoria do meio de campo, este no caso apenas um ator complementar de um espetáculo para as arquibancadas.

Qual o nosso efetivo policial? 370 mil PMs, em todo o Brasil; 105 mil policiais civis, em todo o Brasil; 7.000 mil policiais federais, em todo o Brasil; 300 mil servidores militares em nossas Forças Armadas, em todo o Brasil. É disso que dispomos em força estatal para fazer valer a Democracia e suas leis, garantir a ordem pública, a segurança jurídica, as fronteiras terrestres e marítimas, em todo o Brasil.

Enquanto isso, já passam de 540 mil os vigilantes armados de empresas particulares de segurança, o que denuncia, por si, o quadro de pré-falência, para sermos magnânimos, do Estado brasileiro nesse quesito – segurança pública.

As leis penais, todas as nossas leis penais, são federais. Os crimes de maior potencialidade lesiva são de competência federal. Temos 945 juizes federais num País de 170 milhões de pessoas, de mais de 5 mil municípios, portanto, 01 Juiz Federal para aproximadamente 200 mil habitantes. Aqui no

Maranhão, por exemplo, onde somamos mais de 5 (cinco) milhões de habitantes, temos apenas 13 (treze) Juizes Federais, sendo 07 (sete) titulares e 06 (seis) substitutos, 06 (seis) titulares numa ilha que é a Capital e apenas 01 (um) titular no interior do Estado. E quantas penitenciárias federais? Aqui, nenhuma. Quantas em todo o País? Não sei dizer, parece que há uma no Acre.

Não há dinheiro no orçamento para um ousado projeto de reforma de todo nosso sistema penitenciário. Temos que mudar, em função da realidade que vivemos, a Lei de Execuções Penais. Temos que pensar num sistema prisional que se proponha mesmo a recuperar o sentenciado para a sua volta ao convívio social. Como está, é pena de morte em doses homeopáticas.

Tenho certeza que a população brasileira compareceria a um chamado em busca de doativos em dinheiro para a construção de uma moderna penitenciária federal, destinada aos criminosos barra-pesada, em alguma das nossas ilhas oceânicas. Do nosso dinheiro, tirado dos impostos, o Governo Federal gasta cerca de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) com a transferência de um traficante de um presídio estadual para outro presídio estadual. Ou seja, só com as transferências do conhecido "Beira-Mar", gasta-se quase cinco vezes mais que o valor médio, que é de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) o que significa dizer que se gastaria o mesmo valor para manter um preso comum por sete anos e meio (7,5 anos).

Podemos trabalhar em parcerias com os Estados, juntando esforços, recursos, possibilidades, economizando custos. Creio no diálogo. Não creio na arrogância dos que, de antemão, pensam que sabem tudo. Creio na tolerância e no trabalho comum. Vamos conversar, discutir, buscar convergências de esforços. Vamos trabalhar. Os desafios da nossa crise são crescentes. O nosso amor ao Brasil terá que ser sempre maior que tudo.

Vice-presidente do STJ